

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 16 (origina) (C.S.)

Class.: 59

Data: 17 de agosto de 1980

Pg.: _____

Antropólogo lamenta que índios não tenham matado Bandeira de Melo

Londrina — O professor Darci Ribeiro, ministro da Educação, lamentou ontem em Londrina que os índios txucarramães tenham matado 11 caboclos com borduna. Mas considerou mais lamentável ainda "que os índios não tenham matado os fazendeiros e o general Bandeira de Melo, ex-presidente da Funai e que concedeu, há seis anos, uma certidão negativa ao governo do Mato Grosso dizendo que nas terras dos txucarramães não havia índio nenhum. Esse general deveria estar na cadeia".

Segundo Darci Ribeiro, o então presidente da Funai, os fazendeiros e o governo do Mato Grosso "estavam cansados de saber que as terras pertenciam aos txucarramães. E há seis anos, depois que o general concedeu a certidão negativa, os índios vinham reclamando as terras de volta e pedindo providências à Funai. Mesmo assim os fazendeiros mandaram uma equipe, com mais de 100 homens, para derrubar a mata em que os índios viviam. Então, os índios fizeram a

única coisa que podiam fazer: impediram a derrubada com borduna, a única arma que tinham".

Ele disse que a situação é grave, "mas o mais grave é que há situações iguais à dos txucarramães, pois o mesmo Bandeira de Melo — e eu não sei quanto ele ganhou para fazer esta negociação — deu certidões negativas de que não há índios em outros seis locais — habitados por índios. E o massacre pode acontecer no Acre, sul do Pará e em toda a zona das cinco tribos dos caiapós, onde os fazendeiros, com tratores e duas correntes, derrubam as matas. Se alguém entra na sua casa, toma sua terra e se instala, você tem o direito de matá-lo".

Para Darci Ribeiro, o ministro do Interior, Mário Andreazza, "tem que dizer aos fazendeiros que este país tem lei. E a lei que defende a terra dos índios é a Constituição e está escrito lá que a terra dos índios não pode ser dada, a não ser com autorização do Senado".

Peão do Piauí viu o massacre

Brasília — O peão Manoel de Souza, 30 anos, natural de Sem Vão, no Piauí, com cinco anos de Mato Grosso; já curtido por muitas empreiteiras, não tinha a menor idéia do que poderia ocorrer quando ingressou no grupo de 17 homens que o "gato" Benedito Hollanda, do Rio Grande do Norte, contratou para roçar 15 alqueires na fazenda de Luiz Carlos Silva Lima. Depois de 20 dias na mata, ele foi o único que viu 11 de seus companheiros serem mortos, nus, a bordunadas, por 91 índios de cinco nações que habitam o Norte do Parque Xingu.

Dos outros cinco sobreviventes, três estavam muito distantes do local, um ficou perdido dois dias na mata durante a fuga e o último, encontrado agonizante, foi socorrido a tempo e hoje está internado num hospital de Brasília. Ficou com ele, Manoel, que escondido atrás de um barracão viu tudo, a incumbência de levar a notícia até São José do Bang-Bang, curruetela do Xingu onde foram contratados.

O episódio em que se viu envolvido o peão piauiense, certamente acostumado com cenas de violência em seu difícil trabalho, configura toda uma situação que se desenvolve no interior do país desde o início do processo de colonização para "integrar os brasileiros". Sob este slogan, hoje, repousam muitos corpos por uma única questão: a posse da terra.

A chacina do último fim de semana é consequência da improvisação como foi tratado o problema de terras do Xingu desde que, com o decreto nº 50.455 de 14 de abril de 1961, o ex-presidente Jânio quadros criou o Parque Nacional, e do processo de colonização do Mato Grosso iniciado no início dos anos 70 com abertura de estradas — a principal delas é a BR—080, que ligaria Brasília-Manaus e atravessa São José do Bang-Bang — e a concessão de títulos de propriedade emitidos com certidões negativas da Funai, assinados pelo então presidente do órgão, general Bandeira de Melo.

A confusão tundiária é tamanha que, desde então, existem mapas do estado do Mato Grosso onde não figuram reservas indígenas. E, no caso dos fazendeiros de São José do Bang-Bang, todos possuem títulos de propriedade, adquiridos de boa ou má fé, mas que, no entanto, já se instalaram na área, produzem

pagam impostos e só admitem sair de lá com uma justa indenização (o preço da terra pago por hectares e suas benfeitorias) — isto em último caso, porque estão dispostos a resistirem armados.

Se dependesse da opinião do proprietário da gleba onde ocorreram as mortes, o advogado Luis Carlos Silva Lima, a colonização se daria como a dos Estados Unidos, onde o Exército garantiu a ocupação do país independente da coroa inglesa, atropelando quem estivesse pela frente. Mas o atual presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, durante reunião esta semana com mais de 30 fazendeiros, liderado por este advogado, mostrou-lhe que estamos em outros tempos e assegurou-lhe que o Exército Brasileiro "não se prestará ao papel de acabar com os nossos índios".

Para evitar que os fazendeiros constituam sua própria polícia, a atitude imediata tomada pela Funai e o governo do Mato Grosso será a instalação, na próxima semana, de duas guarnições da Polícia Militar do Estado, uma em cada margem do rio Xingu. Há o temor, no entanto, de que isto não resolva o problema porque a PM do Mato Grosso não tem crédito junto à população para combater a violência que cometeu.

Comparando a situação dos fazendeiros de Bang-Bang, pequenos proprietários — nas proporções de outras áreas do Estado — com terras de 500 a 1000 hectares, e as grandes S/As, constituídas com capital estrangeiro e incentivos fiscais — um piloto que conhece muito bem a área contou que já decolou de Cuiabá transportando apenas uma garrafa de "Chivas Regal" para uma festa na fazenda de um conhecido deputado. E deu sua opinião sobre o que tem observado na colonização do Mato Grosso: "Isto aqui é como a conquista do Oeste, só que feita por avião e onde o nosso general Custer ataca com desfolhantes e inseticidas".

De fato, sua comparação não é exagerada: para pousar em São José do Bang-Bang nesta semana, entre os aviões fretados pela imprensa, houve quem não achasse o local, às 15:00, devido à fumação provocada pelas queimadas e fazendas limitrofes aos 3 milhões de hectares do Parque Nacional do Xingu.